



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

15/10/2016 ATÉ 15/10/2016



INDÍCE

1	COMARCAS	
	1.1 BLOG DIEGO EMIR.....	1
	1.2 BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	2
	1.3 BLOG DO NETO FERREIRA	3

Zé Vieira perde mais uma na Justiça Federal e segue como "ficha suja"

14/10/2016 16:12:04

O campeão de processos judiciais no Maranhão entre os políticos, Zé Vieira (PP), segue numa situação muito complicada. Nesta sexta-feira (14), o ex-prefeito de Bacabal perdeu mais uma disputa judicial e segue como "ficha suja". O juiz José Carlos do Vale Madeira da 5ª Vara do TRF - 1ª Região, indeferiu o pedido de tutela de urgência antecipada, o qual teve como argumento decadência e prescrição. O objetivo seria anular os acórdãos publicados que tornaram o progressista inelegível, após comprovada uma série de práticas irregulares na administração do dinheiro público.

Muito mais que negar o pedido de tutela de urgência antecipada, o juiz Madeira solicitou que o advogado de Zé Vieira, emendasse a petição inicial colocando os valores econômicos reais e não fictícios, adequando-se aos artigos 291 e 291 do Código de Processo Civil, ou seja, evidenciou um erro primário seja por má fé ou por falta de conhecimento da assessoria do jurídica do ex-prefeito. O despacho foi feito no último dia 6 de outubro e a defesa de Zé Vieira terá até o próximo dia 21 de outubro para reapresentar o processo.

Arturo e Carlinhos Florêncio são aliados. Eles buscam ajudar Zé Vieira visando poder político em Bacabal

Zé Vieira vem tentando através de uma série de recursos no judiciário federal, reverter suas condenações. O ex-prefeito vem sendo orientado juridicamente por Marcus Vinicius Coêlho (ex-presidente da OAB nacional), Charles Dias (conselheiro federal) e Jorge Arturo, este último vice-presidente nacional do PHS. O trio aposta na distribuição de processos para juizes ou desembargadores que eles tenham trânsito para tentar reverter a situação de Zé Vieira.

No dia do protocolo da petição, Charles Dias e Jorge Arturo foram vistos em uma restaurante de São Luís. O encontro dos dois vem sendo encarada com desconfiança, uma vez que Arturo é conhecido por ter acesso facilitado a membros do judiciário e agentes públicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ). Alguns se perguntam: qual o interesse do vice-presidente nacional do PHS?

Vale lembrar que Jorge Arturo é do mesmo partido e é presença constante no gabinete do deputado estadual Carlinhos Florêncio (PHS), que teria interesse direto na vitória de Zé Vieira na Justiça e na consequente diplomação do "ficha suja" no cargo de prefeito. O parlamentar é político com atuação na região de Bacabal.

Veja todos os processos que Zé Vieira responde ou já foi condenado:

TJ-MA Comarca de Bacabal - Processo Nº 279-56.2003.8.10.0024 - Foi condenado por improbidade administrativa. Justiça determinou o ressarcimento aos cofres do município, suspensão dos direitos políticos e

proibição de contratar com o poder público, assim como de receber incentivos fiscais e creditícios enquanto persistirem os efeitos da decisão.

A decisão foi mantida na segunda instância: TJ-MA - Apelação Nº 0381342010.

O parlamentar recorre no STJ: Recurso especial Nº 1407199/2013

Foi responsabilizado por irregularidades em convênios e aplicação de recursos e teve contas reprovadas: TCU - Acórdão Nº 3577/2009

TCU - Acórdão nº 3282/ 2010

Parlamentar recorreu, mas a decisão foi mantida: TCU - Acórdão Nº 1289/2011

TCU - Acórdão Nº 2679/ 2010

TCU - Acórdão nº 749/ 2010

Parlamentar recorreu, mas a decisão foi mantida: TCU - Acórdão Nº 1772/2012 TCU - Acórdão nº 5659/2010

Parlamentar recorreu, mas a decisão foi mantida: TCU - Acórdão Nº 1290/2011

TCU - Acórdão Nº 1918/2008 (Teve o nome incluído no TCU - Cadastro de responsáveis com contas julgadas irregulares). Recorreu da decisão que foi mantida:

TCU - Acórdão Nº 6134/2009 TCU - Acórdão Nº 801/2008 (Teve o nome incluído no TCU - Cadastro de responsáveis com contas julgadas irregulares). Recorreu da decisão, que foi mantida, mas com alterações no valor da multa aplicada: TCU - Acórdão Nº 6578/2009

TCE-MA - Processo Nº 2600/1999

TCE-MA - Processo Nº 3276/2005

TJ-MA Comarca de Bacabal - Processo Nº 1771-15.2005.8.10.0024 - É alvo de ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual.

TJ-MA Comarca de Bacabal - Processo Nº1535-82.2013.8.10.0024 - É alvo de ação penal movida pelo Município de Bacabal por dano ao erário.

TRF-1 - Ação Civil Nº 0007235-06.2003.4.01.3700 (enriquecimento ilícito)

TRF-1 - Ação Civil Nº 0005044-41.2010.4.01.3700 (dano ao erário)

TRF-1 - Ação Civil Nº 0000628-30.2010.4.01.3700 (dano ao erário)

TRF-1 - Ação Civil Nº 0004837-42.2010.4.01.3700

TRF-1 - Ação Civil Nº0000218-55.2013.4.01.3703 (prestação de contas)

O post [Zé Vieira perde mais uma na Justiça Federal e segue como "ficha suja"](#) apareceu primeiro em [Diego Emir](#).

Prefeita de São Vicente de Férrer acionada outra vez na Justiça por corrupção

14/10/2016 18:22:14

A Promotoria de Justiça da Comarca de São Vicente Férrer propôs, em 12 de outubro, Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra a prefeita Maria Raimunda Araújo Sousa (foto acima) e o secretário municipal de Educação, João Evangelista Abreu Figueiredo.

A manifestação ministerial foi formulada pela promotora de justiça Alessandra Darub Alves devido à não realização das obras de reforma de 44 escolas do município, informadas ao Ministério Público do Maranhão (MP-MA).

Na ACP, o MP-MA apontou que os gestores foram negligentes no que se refere à conservação do patrimônio público, desrespeitando a Lei nº 8.492/92 (Lei da Improbidade Administrativa).

Foi solicitada à Justiça a condenação dos réus com as penalidades de ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público.

Precariedade

A investigação do MP-MA teve início em 2015, após denúncias do Fórum Maranhense de Defesa da Cidadania, Conselho Tutelar e de pais de alunos, informando as condições precárias de muitas escolas da rede municipal de São Vicente Férrer.

Em outubro do ano passado, a Promotoria de Justiça tentou resolver a questão por meio do diálogo. Para isso, foi feito um levantamento das condições das escolas, quando foi verificado que 48 precisavam de reformas urgentes.

Entre os problemas estruturais encontrados estão: rachaduras nas paredes e no piso, cadeiras inadequadas para as crianças, falta de água, telhado e vigas de madeira deteriorados, caixa d'água e instalações elétricas danificadas. Também foram constatadas a necessidade de pintura, remoção do reboco e substituição dos vasos sanitários.

No mês de fevereiro de 2016, foram feitos contatos com a Prefeitura para tentar solucionar o problema. O secretário de Educação informou que seriam reformadas todas as unidades municipais de ensino, sendo 20 na

primeira etapa, que seria realizada no mês de julho.

Contudo, inspeções realizadas pelo MP-MA em agosto de 2016 atestaram que somente quatro escolas haviam sido reformadas.

Em 14 de agosto, a Promotoria de Justiça ajuizou 14 Ações Civis Públicas de obrigação de fazer contra a Prefeitura, objetivando a reforma das unidades. A Prefeitura respondeu, no dia 19 de setembro de 2016, informando que as obras seriam iniciadas em novembro e concluídas no mês seguinte.

Na ação, a promotora destacou a omissão da prefeita e do secretário, durante toda a gestão, em relação aos alunos, professores e servidores da rede municipal de ensino. "Os requeridos procrastinaram até o momento para não efetuarem as reformas, e dezembro será o último mês da gestão. Se em mais de três anos as reformas não foram feitas, não será nos dois meses restantes, principalmente diante do caos instalado no Município, que está inadimplente com servidores e fornecedores", afirmou.

Alessandra Darub Alves também enfatizou que as reformas não requeriam construção nem ampliação das unidades, tratando-se de manutenção elementar e de intervenções imprescindíveis. "Não há outra conclusão a se extrair a não ser o de descaso do poder público com os quase 4.300 alunos da rede de ensino do município, sem falar nos professores e demais funcionários".

O post [Prefeita de São Vicente de Férrer acionada outra vez na Justiça por corrupção](#) apareceu primeiro em [Blog do Djalma Rodrigues](#).

Prefeitura de Bom Jardim é obrigada a fornecer transporte para paciente

14/10/2016 17:21:37

Em atendimento a pedido do Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Bom Jardim, a Justiça deferiu liminar contra o Município de Bom Jardim e a empresa Auto Posto Varão para que regularizem o contrato de fornecimento de combustível que abastece veículos da Prefeitura, sobretudo os destinados aos pacientes que realizam tratamento de hemodiálise em Bacabal e São Luís.

A decisão foi adotada no dia 11, mesmo dia em que a Ação Civil Pública de obrigação de fazer, com pedido de tutela provisória de urgência, foi ajuizada pelo promotor de justiça de Bom Jardim, Fábio Santos de Oliveira.

O juiz titular da comarca, Raphael Leite Guedes, determinou que, em caso de descumprimento, a prefeita Malrinete Gralhada seja responsabilizada por ato de improbidade e pague multa de R\$ 5 mil. Quanto ao Posto Varão a penalidade prevista, caso não forneça o combustível solicitado pela administração municipal, é de responsabilização penal por crime de desobediência e multa diária no valor de R\$ 10 mil.

Com a ação, o Ministério Público buscava obrigar o município a manter a prestação dos serviços públicos e o estabelecimento comercial a continuar fornecendo combustível de forma suficiente para atender as demandas rotineiras da administração, principalmente as de pacientes que fazem tratamento com hemodiálise fora da cidade.